

DERIVAR, CATALOGAR, RESTITUIR: O ACERVO DE BISPO DO ROSARIO COMO TECNOLOGIA DE MEMÓRIA

Carolina Rodrigues
Curadora geral do Museu Bispo do Rosario

Conviver diariamente com o acervo de Arthur Bispo do Rosario é vivenciar um estado de descoberta contínua. Quem trabalha no Museu Bispo do Rosario sabe: toda visita à reserva técnica revela algo que antes parecia oculto. Sem que ninguém tenha mudado as coisas de lugar, um novo detalhe aparece. Uma nova palavra escrita, uma embalagem no fundo de um armário, um som diferente que um objeto produz ao ser manuseado, uma ferramenta inusitada que ele mesmo construiu para produzir suas obras. Alguns itens guardam camadas de materiais impossíveis de identificar por completo.

Em uma investigação mais profunda, encontramos manuscritos em papéis reutilizados, listas, esquemas, rascunhos, instruções e registros cotidianos, índices de produção minuciosamente pensada, composta por investigações plásticas e conceituais que desafiam leituras que costumam reduzi-la a um gesto compulsivo. E, cada vez que as portas se fecham, permanece a sensação de que Bispo continua reorganizando seu inventário, deixando sempre algo para ser encontrado.

Catalogar esse acervo tem sido, para todas as equipes envolvidas, um desafio quase artesanal. Na última revisão, foram identificados mais de mil itens em incontáveis técnicas e materialidades. Nenhuma ficha catalográfica se encerra em um único preenchimento. Cada designação proposta, cada aproximação formal, material ou simbólica passa por discussão, revisão, dúvida, retorno, recomeço. Há décadas, diferentes equipes de acervo, catalogação, pesquisa, curadoria, arquivo e educação se encontram para pensar juntas a melhor forma de nomear, descrever e organizar algo que resiste, por natureza, a qualquer tentativa de simplificação. Dessa forma, construímos, pacientemente, uma política de catalogação que reconhece a complexidade das obras e a dimensão

ética de lidar com um autor que atravessou diversas camadas de violência institucional, racial e territorial.

É por isso que sua obra continua a mover o Museu Bispo do Rosario de modo tão profundo. Ela nos chama a criar relações entre objetos, práticas e sujeitos. Nos convoca a pensar contemporaneidades e urgências, a sustentar discussões que importam para nossa comunidade, a mobilizar recursos para programas que buscam autonomia e dignidade para pessoas cujas trajetórias foram impactadas pela violência manicomial. Tentamos, todos os dias, honrar essa convocação em nossas frentes de trabalho, como o Ateliê Gaia, o Programa de Geração de Trabalho e Renda, as práticas pedagógicas, a articulação territorial e comunitária e os programas expositivos, que afirmam a presença e o pensamento daqueles que produzem movimentos contrários às políticas de eliminação que foram projetadas para esses sujeitos.

Essas práticas se orientam por uma ética que Stella do Patrocínio¹, em seu *Falatório*, traduziu de forma irretocável: “Porque eu não sei fazer justiça, não sei como se faz justiça. E sou advogada de defesa e salvo a vida”. Não podemos reparar aquilo que o Estado destruiu: décadas de institucionalização, obliteração das identidades, rupturas comunitárias e subjetivas. Mas podemos e precisamos priorizar a vida das pessoas que hoje mantêm a memória e os projetos de futuro deste lugar. A justiça possível não é retroativa. Ela é construída no presente, no cotidiano, na política institucional que se faz no corpo-a-corpo com aqueles que sobreviveram às mesmas tentativas de apagamento enfrentadas por Bispo.

É nesse horizonte que pensamos em *restituição*, uma palavra que vem protagonizando as discussões sobre políticas museais nos últimos tempos, em escala mundial. Quando falamos hoje em restituição de obras de arte aos seus contextos de origem, expomos os mecanismos coloniais que separaram objetos de suas comunidades, tornando-os circuláveis enquanto seus autores enfrentavam vulnerabilidade extrema, expropriação e genocídio². No caso de Arthur Bispo do Rosario, sujeito sob tutela estatal e enredado em múltiplas institucionalizações, o

¹ Stella do Patrocínio (1941-1992), uma mulher negra cuja trajetória foi capturada pela institucionalização, ficou internada por décadas na Colônia Juliano Moreira. Teve seu “Falatório” gravado na década de 1980, tornando-se um testemunho contundente das violências psiquiátricas e raciais que atravessaram sua vida, produzindo uma das mais importantes denúncias sobre as políticas manicomiais.

² Abdias Nascimento entendia o genocídio não apenas como o extermínio dos indivíduos de determinada sociedade, mas também na desintegração de suas instituições políticas, sociais, culturais, linguísticas e de seus sentimentos nacionais e religiosos. O embranquecimento da cultura foi pontuado como uma das mais sofisticadas estratégias de genocídio cultural direcionado aos negros no Brasil. Ler mais em: NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

que significa restituir? Se sua vida e sua obra foram constantemente lidas a partir de olhares externos às lógicas das existências negras, marginalizadas e manicomializadas, como se restitui o que nunca teve direito pleno à integridade?

Tais provocações nos convocam ao compromisso permanente de interrogar nossas próprias práticas. Pensar em restituição é resistir à tentação de enquadrar a obra em categorias rígidas, diagnósticos ou leituras que apaguem sua agência. É devolver ao criador, na medida do possível, a complexidade de suas operações simbólicas. Esse movimento implica em deslocar o eixo, devolver centralidade à vida, não apenas ao objeto. Demanda a construção de práticas de preservação que leiam a obra a partir dos caminhos transitados por Bispo, que compreendam que sujeitos negros, ao longo de séculos, tiveram de inventar tecnologias próprias de arquivamento para sobreviver ao apagamento: arquivos de corpo, de som, de gesto, de oralidade, de invenção. O acervo de Bispo é também isso: uma tecnologia de memória, um método de recompor o mundo com tudo aquilo que se consegue alcançar. Ao preservá-lo, afirmamos esse repertório como arquivo legítimo, que interpreta nossa existência a partir da perspectiva de quem, contra todas as expectativas, se conferiu o poder de definir e reproduzir as coisas do mundo.

Assumir a insuficiência das nossas tentativas de reparação e restituição implica reconhecer que cada aproximação, seja curatorial, institucional ou afetiva, requer um cuidado que saiba lidar com a história que foi construída até aqui, com a coexistência das camadas de olhares que moldaram a circulação desse acervo, reconhecendo suas marcas e permanências. Há muitos uniformes a desfiar, e não apenas os do manicômio. Nossa trabalho institucional exige desfazer camadas de violências sedimentadas, desatar os nós da história e manusear os fios azuis para tecer novos rumos para este acervo.

Se identificarmos, de acordo com Rachel Gouveia Passos³, que os "hospitais psiquiátricos no Brasil são um grande reflexo dos navios negreiros, lugar esse em que muitos morreram no anonimato, sem dignidade e impedidos de manifestar sua existência", aqui o navegar de Bispo subverte esse movimento atlântico: reivindicando a agência e reconfigurando esse trajeto como gesto de liberdade e salvação. Considerando que toda curadoria é um encontro entre experiências

³ PASSOS, Rachel Gouveia. "Holocausto ou Navio Negreiro?": inquietações para a Reforma Psiquiátrica brasileira. *Argumentum*, Vitória, v. 10, n. 3, p. 10-22, 2018.

profissionais, pessoais e de pesquisa, ele também se dá pelo desejo de lançar-se nessa travessia, mobilizando e reverberando movimentos de liberdade.

Assim como os caminhos curoriais que temos trilhado no Museu Bispo do Rosario, a organização deste catálogo também reflete os fluxos abertos por esse criador. Ampliamos o acesso a esse universo, sabendo que nenhuma plataforma dará conta de tudo, mas que é possível oferecer caminhos, aproximações, camadas de leitura. Esperamos disponibilizar, de alguma forma, a experiência de um tranquilo velejar, para que se vivenciem a sensação de deslocamento, descoberta ou mesmo de deriva, que o acervo de Arthur Bispo do Rosario nos oferece diariamente.

Referências bibliográficas:

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro:** processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PASSOS, Rachel Gouveia. “Holocausto ou Navio Negreiro?”: inquietações para a Reforma Psiquiátrica brasileira. **Argumentum**, Vitória, v. 10, n. 3, p. 10-22, 2018.